



Câmara dos Deputados  
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito da queda do investimento direto no Brasil no primeiro bimestre de 2026.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito da queda do investimento direto no Brasil no primeiro bimestre de 2026. Assim, questiono:

- 1) Quais fatores específicos foram identificados pelo Ministério da Fazenda para a queda de 10,9% no investimento direto no Brasil no primeiro bimestre de 2026?
- 2) Há avaliação do Governo Federal sobre o impacto da insegurança jurídica e da instabilidade regulatória na decisão de investidores estrangeiros?
- 3) De que forma a política fiscal atual, incluindo aumento de carga tributária ou incertezas sobre equilíbrio das contas públicas, tem influenciado a retração dos investimentos?
- 4) Quais setores da economia brasileira foram mais afetados pela redução do investimento direto estrangeiro?
- 5) O Governo Federal possui plano estruturado para retomada da atração de investimentos estrangeiros? Em caso positivo, quais são as medidas concretas previstas?

### Justificativa

A recente divulgação de dados apontando a queda de 10,9% no investimento direto no Brasil no primeiro bimestre de 2026 acende um sinal de alerta relevante para a economia nacional. O





Câmara dos Deputados  
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

investimento estrangeiro direto é um dos principais motores do crescimento econômico sustentável, contribuindo para geração de empregos, transferência de tecnologia, aumento da produtividade e fortalecimento da competitividade do país no cenário global.

A retração desse fluxo indica fragilidades internas relacionadas ao ambiente de negócios, à segurança jurídica e à previsibilidade das políticas econômicas. Em um contexto de elevada competição global por capital, países que não oferecem estabilidade regulatória, clareza fiscal e confiança institucional tendem a perder espaço para economias mais atrativas.

Nos últimos anos, o debate econômico no país tem sido marcado por incertezas quanto à condução da política fiscal, à trajetória da dívida pública e à consistência das regras tributárias. A adoção de medidas que ampliam a carga tributária, aliada à percepção de mudanças frequentes nas regras do jogo, pode gerar insegurança entre investidores, que buscam previsibilidade e estabilidade para alocar seus recursos. Ademais, o excesso de burocracia, a complexidade do sistema tributário e a morosidade regulatória continuam sendo obstáculos históricos à atração de investimentos no Brasil.

Além disso, a queda no investimento direto pode ter efeitos relevantes sobre a atividade econômica, impactando negativamente a geração de empregos, a expansão de setores produtivos e a capacidade de inovação do país. Trata-se, portanto, de um indicador que não pode ser analisado de forma isolada, mas sim como parte de um conjunto mais amplo de sinais que apontam para a necessidade de aprimoramento do ambiente de negócios brasileiro.

Brasília, 27 de março de 2026.

**CAPITÃO ALBERTO NETO**  
DEPUTADO FEDERAL  
PL/AM

